

A EXPANSÃO COMERCIAL DO BRASIL COM A CHINA E OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO COM O MERCOSUL¹

Marcos Jardim Pinheiro²

Virginia Laura Fernández³

RESUMO

Desde os primeiros anos do século XXI, o comércio internacional passou por importantes transformações, com destaque a ascensão da China e uma expressiva demanda por bens primários. Isso resultou na tendência de reprimarização nas economias latino-americanas, incluindo o Brasil. Apesar desse cenário desafiador, o Mercosul é considerado uma estratégia relevante, com uma pauta exportadora diversificada e ênfase em manufaturados ao longo do tempo. Contudo, observa-se uma perda de participação nas exportações brasileiras, apresentando desafios para a integração produtiva. Este artigo tem como objetivo analisar o padrão exportador brasileiro em distintos períodos nos mercados MUNDO, China e MERCOSUL, utilizando para tal a Teoria Estruturalista e Marxista da Dependência. Aplicando a Matriz de Competitividade de Fanjzylber e Mandeng, juntamente com o Índice de Comércio Intraindustrial, a análise aprimorará a compreensão do padrão exportador brasileiro. O artigo buscará explicar a influência da China na reprimarização da economia brasileira e examinar como o Mercosul pode contrabalancear essa tendência. Essa reflexão sobre as estruturas de mercado é essencial para refletir o processo de integração, requerendo um delineamento minucioso da estrutura de mercado.

Palavras-Chave: Padrão Exportador, Matriz de Competitividade, Dependência, Integração

ABSTRACT

Since the early years of the 21st century, international trade has undergone significant transformations, with the rise of China and a significant demand for primary goods standing out. This has resulted in a trend of reprimarization in Latin American economies, including Brazil. Despite this challenging scenario, Mercosur is considered a relevant strategy, with a diversified export agenda and a focus on manufactured goods over time. However, there is a noticeable loss of participation in Brazilian exports, presenting challenges for productive integration. This article aims to analyze the Brazilian export pattern in different periods in the WORLD, China, and MERCOSUR markets, using the Structuralist and Marxist Theory of Dependence. By applying the Fanjzylber and Mandeng Competitiveness Matrix, along with the Intraindustry Trade Index, the analysis will enhance understanding of the Brazilian export pattern. The article will seek to explain China's influence on the reprimarization of the Brazilian economy and examine how Mercosur can counterbalance this trend. This reflection on market structures is essential to reflect on the integration process, requiring a thorough delineation of market structure.

Keywords: Export Pattern, Competitiveness Matrix, Dependency, Integration

¹ Pesquisa desenvolvida no marco do Projeto de Pesquisa “Comércio Internacional, Competitividade e Integração no MERCOSUL” PIC3186-2022 UNILA.

² Economista (UNILA). Mestrando no programa de pós-graduação em Economia Aplicada na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Integrante Projeto PIC3186-2022 UNILA. E-mail: mjpينهيرao@gmail.com

³ Docente no Curso de Ciências Econômicas; no Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e no Programa de Pós-graduação em Economia da UFPR. Coordenadora Projeto PIC3186-2022 UNILA. E-mail: virginialaurafernandez@yahoo.com.ar

1 Introdução

Ao longo das últimas décadas, a economia brasileira passou estágios que a marcaram de maneira preponderante. A partir dos anos 1930, após a Grande Crise, o país viveu o que se chamou “A era Desenvolvimentista”, que abrangeu o país até a crise dos anos 1980. Logo após, destaca-se um período marcado por instabilidade econômica, com a ascensão de políticas neoliberais e de abertura econômica. A última fase, que ainda vivemos, teve início a partir dos anos 2000, e foi impulsionada pela expansão da demanda chinesa por matérias-primas, conforme apontam Bielchowsky e Mussi (2013). A forte expansão comercial chinesa a partir século XXI, testemunhou importantes transformações para a América Latina no âmbito do comércio internacional. Com a entrada em cena da China e o expressivo aumento da demanda por bens primários, um dos desdobramentos dessa expansão reside na tendência de reprimarização das economias latino-americanas, incluindo o Brasil.

O processo de reprimarização foi diagnosticado pelos estruturalistas no século passado, onde Prebisch (2000)[1949] desenvolveu o importante conceito de deterioração dos termos de troca, que aponta que os índices de preços se moveram contra os produtos primários, beneficiando as economias industrializadas. Além disso, teóricos da Teoria Marxista da Dependência, debatem sobre as “trocas desiguais”, para caracterizar as assimetrias do comércio internacional entre as economias centrais e as periféricas, e se incorporam as teorias que se contrapunham às vantagens comparativas ricardianas; as que sugerem que os países com grandes dotações de recursos naturais e alimentos deveriam se inserir na divisão do comércio internacional produzindo e exportando ditos bens e importando bens manufaturados.

Apesar desse contexto, o MERCOSUL surge como uma estratégia interessante, com uma pauta exportadora mais diversificada e ênfase na exportação de manufaturados ao longo do tempo, mas que a vem perdendo participação do total das exportações brasileiras. Tal contexto exige uma reflexão de quais estratégias seguir, e para isso torna-se necessário um delineamento dessa estrutura de mercado, para que seja possível traçar subterfúgios que possam ser usados.

O objetivo geral deste artigo é analisar a evolução recente do padrão exportador e do fluxo comercial do Brasil com o Mundo, China e MERCOSUL; desde uma perspectiva histórica, teórica e empírica latino-americana. Os objetivos específicos são: **1** – Breve análise das teorias do comércio internacional, abrangendo desde as vantagens comparativas até as teorias específicas latino-americanas (Estruturalismo e Teoria Marxista da Dependência). **2** – Evidenciar a emersão da China como um ator global nas últimas décadas e sua influência no comércio internacional, destacando a relevância do MERCOSUL para reverter os impactos negativos, **3** - Utilizar a matriz de

competitividade de Fajnzylber e Mandeng⁴ para avaliar o padrão exportador do Brasil com o MUNDO⁵, MERCOSUL⁶ e com a China, bem como analisar o comércio intraindustrial. A hipótese que permeia este artigo aponta que a crescente dependência do Brasil em exportações de commodities para a China está contribuindo para a reprimarização da pauta exportadora do país. No entanto, argumenta-se que o Mercosul apresenta elementos que têm o potencial de contrabalançar essa tendência, favorecendo a diversificação produtiva e que pode fortalecer a integração regional. A inclusão do mercado MUNDO visa confirmar o impacto negativo da China na exportação brasileira, mostrando que o Grande Asiático intensificou mais a reprimarização da pauta exportadora brasileira do que o resto do mundo.

Este estudo emprega uma metodologia que combina pesquisa bibliográfica e análise empírica descritiva, revisando por um lado, referências teóricas sobre desenvolvimento econômico brasileiro desde 1930 e sobre teorias do Comércio Internacional. Por outro lado, examina artigos científicos relevantes, relatórios da Cepal e dados da plataforma TradeMap. Para avaliar a competitividade, utiliza-se a matriz de competitividade de Fajnzylber e Mandeng com base nos dados do TradeCAN, uma abrangente base de dados que cobre mais de 90% do Comércio Internacional. Além disso, introduz-se um indicador adicional, o Índice de Comércio Intraindústria (ICII), e adota-se a plataforma SIGCI da Cepal com base no índice Grubel-Lloyd. Os dados, acessados em 2023, são analisados anualmente por país, com ênfase nos períodos (2000; 2008), (2008; 2013), (2013; 2019), (2019; 2021) e (2021;2022). A Matriz de Competitividade também será analisada nos mesmos períodos.

O artigo está dividido em sete partes, além da introdução. Na seção 2, serão abordadas as principais transformações ocorridas na economia brasileira a partir de 1930, passando pelo processo de substituição de importações até o neoliberalismo do século XXI. A seção 3 tratará de forma sucinta, as teorias Estruturalista e Marxista de dependência, contrapostas às vantagens comparativas ricardianas. Na seção 4, serão discutidos os principais impactos da expansão chinesa desde o início do século, abordando também questões de integração com o Mercosul e a importância do bloco. A seção 5 abordará os principais elementos teóricos da Matriz de Competitividade de Fajnzylber e Mandeng. A parte empírica do trabalho começará na seção 6, onde serão evidenciadas as estruturas de mercado, a desagregação dos 10 principais rubros, bem como as matrizes de competitividade dos mercados em análise. Na seção 7, será apresentado o Índice de Comércio Intraindústria para análise da interação dos complexos produtivos dos países examinados. Por fim, serão apresentadas as

⁴ MANDENG, 1993. Classifica os grupos da CUCI Revisão 2 em: Recursos Naturais composto por Agricultura, Energia; Fibras Têxteis Minerais e Metais; e Manufaturas (Baseadas em Recursos Naturais e Não Baseadas em Recursos Naturais). Para mais detalhe ver pasta específica de Drive.

⁵ Para a análise, foram selecionados no TRADECAN todos os países da lista. Detalhe no Drive.

⁶ Os países considerados para a análise do Brasil com o MERCOSUL são: Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

considerações finais deste artigo.

Ressalta-se, que o artigo visa analisar a exportação de bens, não considerando a exportação de serviços que tem se mostrado importante nos últimos anos, em especial no setor de serviços.

Os demais gráficos e tabelas pertinentes ao estudo, os quais foram trabalhados durante a pesquisa, podem ser acessados através do link: https://drive.google.com/drive/folders/1zfr2waZ_wyafTUJwZ24iEQIItP9zinXP?usp=sharing

2 Desenvolvimento Econômico brasileiro: do nacional desenvolvimentismo ao neoliberalismo do século XXI

Ao longo dos anos, a economia brasileira atravessou diferentes etapas que tiveram um impacto profundo em sua estrutura. Conforme ressaltado por Bielchowsky e Mussi (2013), a partir de 1930, é possível identificar três fases distintas que moldaram sua evolução. A primeira, denominada "era desenvolvimentista", abrangeu o período até 1980 e está relacionada à recessão internacional pós-crise de 1929, sendo um período de maior industrialização, dirigida pelo Estado. Em seguida, ocorreu a segunda fase, caracterizada por uma era de instabilidade macroeconômica que inibiu o crescimento e a ideologia desenvolvimentista, marcada pela crise da dívida externa e instabilidade. Por fim, a terceira fase teve início na primeira metade dos anos 2000, impulsionada pela explosão da demanda por produtos intensivos em recursos naturais, proveniente da expansão asiática e aumento do preço das matérias-primas. Este artigo terá como principal enfoque a análise do último período mencionado, destacando o papel de ascensão chinesa nesse contexto.

Tavares (2010 [1972], p. 44-46) destaca que entre 1914 e 1945, as economias latino-americanas enfrentaram crises consecutivas no comércio exterior, sendo a crise prolongada dos anos trinta o ponto crítico da ruptura do modelo primário-exportador. A queda abrupta na receita de exportação resultou em uma significativa redução na capacidade de importação. Apesar disso, as economias latino-americanas evitaram uma depressão prolongada devido a medidas governamentais para proteger o mercado interno, como restrições de importação. A subsequente industrialização foi impulsionada pela manutenção da renda interna resultante dessas políticas. O novo modelo "para dentro" implicou uma mudança nas dinâmicas econômicas, com a importância relativa do setor externo diminuindo.

Trindade *et al* (2014) argumentam que o desenvolvimento industrial brasileiro imediatamente após a Segunda Guerra Mundial é caracterizado como desenvolvimentista, refletindo o aumento do papel do Estado e o dinamismo associado à Industrialização por Substituição de Importações⁷. Os

⁷ Há uma complexidade do termo "substituição de importações" ao descrever o fenômeno de desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos. A interpretação literal do termo, como a simples substituição de produtos importados pela produção interna, é inadequada. O processo não visa reduzir globalmente o quantum de importações, mas surge de restrições externas que levam à

esforços voltados para o desenvolvimento nacional com forte intervenção estatal resultaram na elaboração do Plano de Metas pelo governo JK em 1956. Bielchowsky e Mussi (2013) apontam que em 1980, o PIB e os investimentos brasileiros eram mais de 8 e 9 vezes maiores do que em 1950. No entanto, em 2007, esses números eram apenas 2 vezes maiores do que em 1980. O PIB per capita era cerca de 3,5 vezes maior em 1980 do que em 1950, e a produtividade do trabalho era 3 vezes maior. No entanto, em meados dos anos 2000, esses indicadores eram os mesmos que em 1980. Com a crise da dívida nos anos 1980, se deu uma progressiva fragilização do crescimento. Apesar da bem-sucedida implementação do plano real em 1994, visando a estabilização econômica, não impediu que a expansão da economia permanecesse lenta por muitos anos.

Fernández e Curado (2019) elucidam que após o período de esforços para a industrialização e diversificação das exportações entre as décadas de 1950 e a 1980, o foco da região passou a ser a solução dos problemas financeiros da dívida externa e da inflação nos anos 1980. Na década de 1990, houve uma abertura indiscriminada das economias e a liberalização dos mercados, seguindo as políticas do consenso de Washington. Essas medidas buscavam aumentar a integração econômica e promover reformas estruturais, embora tenham sido bastante criticadas em relação aos seus efeitos sociais.

Na primeira década do século XXI, o Brasil, como a sexta maior economia global em termos de PIB, testemunhou um declínio no setor manufatureiro em relação ao PIB desde os anos 1980, indicando mudanças importantes na estrutura produtiva em meio a globalização neoliberal (TRINDADE, *et al.*, 2014). Bielchowsky e Mussi (2013) argumentam que este é o ciclo que ocorre o boom internacional puxado pela China e pela expansão do consumo nos países centrais. Para Fernández e Curado (2019), as transformações ocorridas no comércio global desde o início do século XXI, com destaque para a entrada da China e o fenômeno de reprimatização das exportações na América Latina, reavivaram o interesse por pesquisas nessa área em âmbito internacional. Trindade *et al.*, (2014) evidenciam que nas últimas décadas, a economia brasileira passou por uma clara abertura, com aumento notável no valor das exportações, predominantemente lideradas pela agroindústria. Essa mudança reflete políticas orientadas para o setor de bens primários, levantando questões sobre a “dependência externa”, especialmente em relação aos interesses estrangeiros, como o caso da China.

3 Das Vantagens Comparativas à Teorias Latino-Americanas

necessidade de produzir internamente certos bens anteriormente importados. Há problemas analíticos relacionados à substituição "aparente" versus "real" e ilustra casos em que a mudança na composição das importações pode não refletir adequadamente o processo subjacente. Mostra-se necessário destacar a importância de considerar a dinâmica do desenvolvimento interno, resultante das restrições externas, que se manifesta principalmente pela expansão e diversificação da capacidade produtiva industrial (TAVARES, 2010).

O estudo do comércio internacional envolve diversas perspectivas teóricas que buscam compreender os padrões e as dinâmicas das trocas comerciais entre países. Conforme Nassif e Castilho (2020), na economia clássica, a capacidade tecnológica era uma importante fonte para explicar os diferentes níveis de produtividade setorial entre os países e, portanto, os benefícios do comércio global.

David Ricardo trouxe a contribuição da Teoria das Vantagens Comparativas. Conforme argumenta Gonçalves *et al.*, (1998), a perspectiva de que as vantagens comparativas são a última causa do comércio internacional é uma ideia forte e que sobrevive até os dias de hoje. De acordo com o modelo ricardiano, os países tendem a se concentrar na produção e na exportação daquilo em que são mais eficientes em comparação com outros países.

Gonçalves *et al* (1998) apontam sérias limitações⁸ na abordagem de Ricardo. Para esse contraponto, emergem teorias que desafiam as abordagens convencionais das vantagens comparativas, trazendo uma perspectiva genuinamente latino-americana. Fazia-se necessário desenvolver um pensamento que levasse em consideração as características específicas da América Latina, as quais Ricardo não contemplou em sua análise. Em cenários de produção distintos, as vantagens comparativas ricardianas poderiam favorecer exclusivamente os países mais ricos. Nesse sentido, este artigo destaca a Teoria Estruturalista (em especial a obra de Prebisch) e a Teoria Marxista da Dependência.

Bielchowsky (2000) salienta que, a análise da CEPAL possui como um dos seus instrumentos básicos a didática do contraste no crescimento econômico, progresso tecnológico e comércio internacional entre as estruturas econômicas e sociais dos países periféricos em comparação com os países centrais. Prebisch (2000) argumenta que há grandes diferenças nos padrões de vida das massas entre países, existindo um forte desequilíbrio que desmonta a premissa do esquema de divisão internacional do trabalho. Bielchowsky (2000) elucida que a crise dos anos 1930 e suas repercussões nas economias latino-americanas foram importantes para Prebisch distinguir o funcionamento das economias dos países industrializados das economias especializadas. Prebisch (2000) introduz a problemática da deterioração dos termos de troca⁹. Diferentemente do que a teoria das vantagens comparativas sugeriu, não foi observada uma tendência de aumento dos preços dos produtos

⁸ Tal modelo pressupõe o comércio entre dois países envolvendo dois produtos. Além disso, o modelo supõe apenas um fator de produção: o trabalho, assumindo que este é perfeitamente móvel dentro de um país, mas imóvel internacionalmente. Outro ponto a ser destacado é que existem distintas tecnologias em diferentes países, sendo o uso de tecnologia uma explicação possível para as diferentes estruturas de preços relativos entre países. Por fim, vale ressaltar que no modelo de Ricardo, a balança comercial está sempre equilibrada e o custo dos transportes é considerado zero. (GONÇALVES, *et al* 1998).

⁹ Na análise dos dados, constata-se que os índices de preços têm se movido de forma desfavorável aos produtos primários. Como resultado, não se observa um aumento correspondente na produtividade, apesar da diminuição dos preços. As economias periféricas também têm melhorado sua produtividade em setores menos sofisticados, como a produção agrícola, por exemplo, enquanto enfrentam uma redução nos preços. Por outro lado, os países centrais preservam integralmente os benefícios do progresso técnico em suas indústrias, continuando a desfrutar de preços reduzidos. Nesse sentido, os países periféricos acabam transferindo uma parcela do progresso técnico para os países centrais (PREBISCH, 2000).

primários em relação aos produtos industriais devido ao progresso técnico mais lento nos primeiros.

Em "Formação Econômica do Brasil", Furtado (2005) ressalta que em seu texto clássico de 1949, Prebisch estabeleceu o cerne de uma teoria dinâmica das relações internacionais, criticando a teoria predominante das balanças de pagamentos. O argentino argumentou que essa teoria era estática e apenas registrava as perturbações sem analisar as mudanças estruturais. Prebisch destacou as transformações significativas na economia internacional quando os Estados Unidos se tornaram o centro principal, alterando o padrão de reação às flutuações cíclicas e tornando-se menos favorável às economias periféricas. Ele enxergava a economia internacional como um sistema em expansão cíclica impulsionada pelo progresso técnico, atribuindo ao tempo um papel fundamental, dependente do grau de abertura externa do centro principal. Furtado (2005) enfatiza que Prebisch restringiu a explicação da visão centro-periferia às assimetrias estruturais causadas pela lenta disseminação do progresso técnico, influenciando a tendência de deterioração dos termos de intercâmbio dos países exportadores de matéria-prima.

É possível observar que Furtado (2005) já identificava a deterioração dos termos de troca em sua análise sobre a crise nas economias dependentes, como a brasileira do século XIX, destacando as diferenças em relação às economias industrializadas. Essa crise tem início com a queda no valor das exportações, resultando em desequilíbrio na balança de pagamentos. A piora na relação de preços do intercâmbio entre produtos primários e manufaturados agrava essa situação. Furtado (2005) critica a mentalidade que interpretava os problemas econômicos do Brasil por meio de uma visão europeia, sem considerar as particularidades da realidade brasileira.

Além do estruturalismo, a Teoria Marxista da Dependência surge nos anos 1960, oferecendo uma abordagem crítica ao debate internacional e aos modelos neoclássicos que equiparavam crescimento econômico a desenvolvimento para a América Latina e o Caribe, e tem como principal expoente o brasileiro Ruy Mauro Marini. Conforme Moreira (2022), embora apresentem corpos teóricos distintos, ambas convergem na possibilidade de um desenvolvimento nacional e autônomo para a América Latina, sem necessariamente implicar em uma ruptura sistêmica a priori. A perspectiva marxista pressupõe tais avanços a partir de uma aliança entre trabalhadores e burgueses em prol de um projeto nacionalista autônomo de revolução burguesa. Por outro lado, os estruturalistas defendiam o "desenvolvimento" através da burguesia industrial e de políticas desenvolvimentistas de industrialização, orientadas pelo Estado por meio do planejamento estatal.

De acordo com Osório e Reyes (2017), a Teoria Marxista da Dependência constituiu o conceito de "superexploração" como categoria central para explicar o capitalismo dependente. Além disso, os autores apontam a "troca desigual" como conceito chave para explicar a heterogeneidade estrutural das economias do sistema mundial. Conforme Carcanholo e Saludjian (2014), quando Marini vai explicar a troca desigual no plano do comércio mundial, faz referência a dois mecanismos, mas

indicam que ele estaria tratando de três. Ainda que relacionados, dizem respeito a níveis de abstração distintos no processo de trocas mercantis. Primeiramente, há diferenças na produtividade do trabalho, permitindo que as economias centrais vendam mercadorias a preços de mercado superiores. Em segundo lugar, a competição entre setores de produção faz com que os mais produtivos obtenham preços de mercado que excedem seus custos de produção, enquanto os menos produtivos não conseguem compensar completamente esses custos. Por fim, o monopólio de mercados por empresas centrais permite que mantenham preços de mercado acima dos custos de produção, gerando lucros adicionais. Esses mecanismos evidenciam a transferência de riqueza das economias periféricas para as centrais no contexto do comércio global.

Pereira (2022) destaca os estudos de Prebisch e da Cepal, que empiricamente observaram o processo de deterioração dos termos de troca. Para a Cepal, a solução para os países periféricos parecia clara: romper com a divisão internacional do trabalho e iniciar processos nacionais de industrialização autônomos, visando ganhar espaço junto às economias desenvolvidas. No entanto, teóricos marxistas, de maneira distinta, denunciavam¹⁰ que o problema ia além da simples deterioração dos preços dos produtos primários no comércio mundial, devido à baixa elasticidade da demanda, conforme apontado por Prebisch.

Para Osório e Reyes (2017), na perspectiva de Marini, as classes dominantes locais são responsabilizadas pela dependência e pelas condições desumanas associadas à sua perpetuação, comparáveis às dos capitais imperialistas dentro do sistema global. Ele sugere caminhos para superar essa situação, vinculando-os à libertação das classes dominantes - obrigadas a adotar posições em que declarar-se "dependentes" não seja apenas uma tendência acadêmica passageira ou uma proposta teórico-política neutra. Não se trata apenas de explicar as causas da dependência, mas também das leis que regem a reprodução do capital dentro do contexto do capitalismo dependente.

Katz (2020) aborda as atuais tensões no contexto latino-americano, marcado por declínio industrial, exploração de recursos naturais e vulnerabilidade financeira. Ele destaca uma mudança na abordagem, onde as comparações não mais se concentram no capitalismo metropolitano, mas sim na comparação com o Sudeste Asiático, com a China emergindo como um ator chave. Katz (2020) salienta a importância da China na gestão das exportações latino-americanas, conquistando mercados com seus produtos industriais. Ele observa a disparidade no comércio e o crescimento acelerado dos investimentos chineses na região, principalmente na exploração de recursos naturais. Apesar disso, Katz (2020) ressalta que, ao contrário de outras potências, a China não busca expandir sua influência

¹⁰ De acordo com Pereira (2022), descartando firmemente as teorias que se baseavam na deterioração dos termos de troca, como propostas por Raúl Prebisch e Hans Singer, rejeitava-se a ideia de que a natureza do produto - seja agrícola ou industrial - ou a suposta baixa elasticidade da demanda de bens primários fossem a chave para entender o fenômeno do intercâmbio desigual. Destaca que Emmanuel (1973) questiona: se fosse assim, como explicar que produtos primários de países ricos, como o carvão da Inglaterra, o whisky da Escócia e o vinho da França, não sofressem da mesma "maldição" que recaí sobre os bens primários dos países pobres? Além disso, nesses países, os mesmos produtos primários conseguiam remunerar a classe trabalhadora em um nível relativamente mais alto em comparação com os países pobres.

militar, adotando uma postura diplomática mais cautelosa.

Para Carcanholo e Saludjian (2014), O neoliberalismo na América Latina resultou na ampliação da vulnerabilidade externa estrutural e no aprofundamento da dependência regional. Essa ideologia promoveu a superexploração da força de trabalho como meio essencial para o desenvolvimento do capitalismo dependente. Além disso, provocou mudanças nas relações capital-trabalho e intercapitalistas, enfraquecendo as forças políticas do trabalho e aumentando a superexploração. A especialização produtiva em commodities e produtos industriais de baixa tecnologia gerou déficits comerciais e estruturais nas transações correntes. A abertura financeira, parte crucial do neoliberalismo, aumentou a dependência de fluxos de capital externo, levando à fragilidade financeira das contas externas. Mesmo com governos de esquerda, a lógica neoliberal persiste na região, destacando-se o papel da China e a especificidade do caso brasileiro.

4 A Expansão Comercial Sino-Brasileira e o Mercosul

Na mais recente edição de *"Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y Caribe"* da CEPAL (2023), é destacado a notável ascensão da China como um ator central na economia global em pouco mais de duas décadas. Com a segunda maior economia do mundo, representando 18% do PIB global em 2022, a China se tornou o principal exportador do mundo, impulsionando suas exportações de 3,9% em 2000 para notáveis 14,4% em 2022. O documento destaca que o comércio entre América Latina, o Caribe e a China é caracterizado por uma estrutura inter-industrial. Em 2022, 95% das exportações da região eram de matérias-primas e manufaturas baseadas em recursos naturais, enquanto as exportações chinesas consistem em 88% de manufaturas de tecnologia baixa, media e alta. Salienta-se ainda que devido a natureza intensiva em matérias-primas, a exportação para a China tem um considerável vestígio ambiental, com emissões de gases efeito estufa e intensidade no uso de água superiores em comparação com outros mercados. A região emergiu como um importante fornecedor de alimentos para a China, representando cerca de um terço das importações alimentares do país entre 2010 e 2022 (CEPAL, 2023).

Menezes e Bragatti (2020), em artigo publicado no *"Brazilian Journal of Political Economy"*,¹¹ volume 40, número 3, afirmam que, em 2002, o Estado chinês iniciou uma nova fase de internacionalização de empresas do país, conhecida como *"going global"*.¹² Essa estratégia foi aprovada no 16º Congresso do Partido Comunista Chinês, com o principal foco de garantir o acesso aos recursos naturais por meio da aquisição de indústrias de energia e alimentos impulsionadas pela diplomacia dos recursos. Os autores destacam que a preferência do governo chinês pela busca de

¹¹ Revista Brasileira de Economia Política.

¹²Tornando-se global.

recursos para expandir suas relações comerciais com os países da América do Sul resultou em impactos positivos no crescimento da região, com aumentos nos preços dos produtos primários. No entanto, apontam que a queda dos preços das commodities a partir de 2012 e o comércio desigual entre os países da região e a Grande Ásia resultaram em um crescimento subordinado.

Nassif e Castilho (2020) destacam importantes transformações na composição geográfica do comércio brasileiro no período de 1990 a 2016. Durante esse intervalo, parceiros tradicionais como os Estados Unidos e a União Europeia perderam relevância, especialmente nas exportações, enquanto a participação do Brasil nas exportações para a América Latina aumentou, impulsionada pelo Mercosul e pelo crescimento das relações comerciais com a Argentina na década de 1990. Contudo, a partir dos anos 2000, a intensificação do comércio com a Argentina diminuiu, afetando toda a América Latina. Notavelmente, a China emergiu como um fator-chave no comércio brasileiro, representando cerca de 2% do total em 2000 e, de acordo com dados do TradeMap (2023), atingiu 26,8% das exportações e 22,3% das importações brasileiras em 2022. Essa mudança reflete a nova dinâmica das relações econômicas do Brasil, evidenciando a crescente importância do Gigante Asiático nas trocas comerciais do país.

Fernández (2014) discute o papel dos recursos naturais no desenvolvimento econômico, destacando a tradição estruturalista que considera esses recursos como um empecilho devido a dificuldade de agregar valor e trabalho a eles. A constante deterioração dos termos de troca ao longo do século XX é mencionada como um problema decorrente na exportação de matéria-prima e alimentos pelos países periféricos. No entanto, Fernández (2014) observa que a ascensão da China e de outros países asiáticos como consumidores e produtores no comércio mundial desafia essa tese¹³, levando à necessidade de repensar estratégias de inserção externa e competitividade internacional para as economias latino-americanas.

Almeida (2022) examina a ascensão da China e suas estratégias capitalistas, destacando a coexistência de tecnologias e o desenvolvimento interno de novas tecnologias. A China desafia a hegemonia do dólar, disputa a liderança na indústria 4.0 e interage com países dependentes, exportando mercadorias industrializadas em troca de bens primários, estimulando processos de privatização e dependência econômica. Sem recorrer a mudanças de regime ou força militar, a China influencia modelos econômicos e relações sociais, aproveitando modelos de acumulação favoráveis em outros países.

Considerando esse contexto, o MERCOSUL surge como uma boa estratégia, com uma pauta exportadora mais diversificada e ênfase na exportação de manufaturados ao longo do tempo.

¹³ Fernández menciona as observações de Hiratuka sobre a tese de Prebisch, que indicava a tendência à deterioração dos termos de troca das economias periféricas em um contexto histórico onde os Estados Unidos eram o principal centro cíclico. No entanto, ela ressalta a falta de clareza sobre o impacto nos países latino-americanos ao considerar a China como o novo centro cíclico principal (FERNÁNDEZ, 2014)

De acordo com Melo e Souza *et al.*, (2010), o Mercosul reúne Estados com divergentes dimensões econômicas, posições geográficas e níveis de desenvolvimento, assimetrias que se configuram como obstáculos significativos à integração regional. A economia brasileira, devido à sua magnitude e diversificação, exerce forte influência na Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco, refletindo seus interesses comerciais e dificultando a criação de uma união aduaneira plena. A falta de convergência entre as políticas e instituições dos Estados-membros, agravada pelas assimetrias, compromete a efetividade da integração regional. Os autores destacam o Fundo de convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL (Focem)¹⁴ como um importante instrumento para atenuar as assimetrias, refletindo que somente quando estas forem reduzidas haverá possibilidade de avanço no processo de integração regional.

As últimas duas décadas presenciaram significativas transformações no comércio internacional, impondo desafios à integração regional do MERCOSUL. Mariano *et al.* (2021) identificam a dificuldade dos Estados e das elites em reconhecer o âmbito regional como promotor de interesses econômicos e políticos. Desde 1985, o bloco transitou por diferentes fases, desde tentativas desenvolvimentistas até o regionalismo aberto, inserido no contexto internacional de regimes liberais. Após a ascensão de governos distributivistas, os países buscaram consolidar o multilateralismo sem retornar ao protecionismo. No entanto, a partir de 2016, movimentos contrários à integração se intensificaram, principalmente no Brasil, com o golpe contra Dilma Rousseff e a gestão de Jair Bolsonaro a partir de 2019.

Mariano *et al.* (2021) ponderam que o desafio para afirmar a integração não se originou da falta de vontade política, mas sim de transformações profundas no sistema internacional e no comércio exterior brasileiro. Essas transformações afetam a estrutura econômica, os fluxos de comércio, os investimentos, a tecnologia e os poderes político, militar e cultural. A partir dos anos 2000, os interesses e concepções brasileiras de autonomia e universalismo enfrentam crescentes dificuldades para se conciliar com o projeto de integração regional.

Conforme dados do TradeMap (2023), a participação das exportações do Brasil ao Mercosul, tem reduzido ao longo dos anos. Em 2001 o índice do bloco quando comparado as exportações totais representava 12,8%, chegando ao pico em 2008 com 13,2%. No entanto o mercado obteve queda, chegando a 6,7% em 2019 e oscilando positivamente para 7% em 2022. As importações brasileiras do bloco também reduziram, passando de 15,6% em 2001, com uma queda considerável para 6,9% em 2022.

5 A Matriz de Competitividade de Fajnzylber e Mandeng

¹⁴ No que se refere ao seu propósito, e com o intuito de alcançá-lo, o Focem foi projetado para operar em diversas áreas, como delineado no artigo 1º dos regulamentos do fundo (CMC no 18/05 e no 24/05): "(...) voltado para financiar iniciativas que visem à convergência estrutural, impulsionar a competitividade e fomentar a coesão social, especialmente em economias menores e regiões menos desenvolvidas; apoiar o funcionamento da estrutura institucional e fortalecer o processo de integração". (MELO E SOUZA, *et al.*, 2010)

Fajnzylber (1991), publicou na revista da CEPAL, o artigo¹⁵ intitulado *Inserción internacional e innovación institucional*, argumentando que para o decênio de 1990 seria possível prever a convergência de tendências que haviam se desenvolvido nos anos 1980, mas que provavelmente teriam algum impacto, interação e relevância política ainda maiores. Argumenta que isso diz respeito à intensificação da competição internacional, com base cada vez mais na incorporação e disseminação do progresso técnico em um contexto de valorização econômica e política generalizada da sustentabilidade ambiental. No artigo supracitado, o autor explorou alguns dos efeitos que essas tendências poderiam ter sobre a América Latina na década de 1990. Fajnzylber (1991) apresenta resultados de um exercício de avaliação e desempenho competitivo dos países latino-americanos em comparação com outros países em desenvolvimento. A atenção foi focada em países que competem no mercado de importações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) durante o período de 1978 a 1989. A análise foi feita considerando o nível de agregação das categorias identificadas na classificação uniforme do comércio internacional.

No estudo de Fajnzylber (1991), o autor utiliza os fluxos totais de importação da OCDE de 1978 a 1989, considerando grupos de classificação para o comércio internacional. Baseou sua análise em um modelo¹⁶ de equação única derivado do APMC, simplificando em uma abordagem bidimensional. Conforme argumenta, no método CAN, é analisado apenas o crescimento diferencial do produto à evolução do mercado e o efeito residual, chamado competitividade.

Fajnzylber (1991) apresenta os conceitos de "posicionamento" e "eficiência". O primeiro se refere à dinâmica relativa de um item nas exportações da OCDE, sendo favorável quando sua participação aumenta e desfavorável quando diminui. O segundo diz respeito à participação relativa de um país em uma categoria específica, considerada alta quando a participação nas importações da OCDE cresce e baixa quando diminui. Em outras palavras, um país está em posição desfavorável ao exportar itens com baixa dinâmica relativa e é pouco eficiente quando sua participação diminui em comparação com outros países que exportam para a mesma região.

Fajnzylber (1991), combinando as características, afirma que é possível distinguir quatro situações estrategicamente diferentes. **1 – De posicionamento favorável e eficiência alta (situação**

¹⁵ No artigo, o autor explorou alguns dos efeitos que essas tendências poderiam ter sobre a América Latina na década de 1990 e apresenta resultados de um exercício de avaliação e desempenho competitivo dos países latino-americanos em comparação com outros países em desenvolvimento e outros desenvolvidos. A atenção foi focada em países que competem no mercado de importações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) durante o período de 1978 a 1989. A análise foi feita considerando o nível de agregação das categorias identificadas na classificação uniforme do comércio internacional (FAJNZYLBER (1991).

¹⁶ O modelo baseia-se na suposição de que todos os setores considerados possuem um mercado de estrutura e que nenhum setor tem tanta importância por si só como para determinar a estrutura total das importações. Assim, a participação total de um país S_j , em qualquer momento determinado, para as participações S_{ij} de um país Y si de um grupo, é igual ao produto ponderado de $S_j = \sum_{i=1}^n \frac{M_{ij}M_i}{M_jM}$. Na equação, a variável "i" representa o produto ou grupo setorial, enquanto "j" refere-se a um país específico. A notação "M" representa as importações da OCDE. (FAJNZYLBER, 1991)

ótima), **2** – De posicionamento favorável e eficiência baixa (situação de oportunidades perdidas), **3** – De posicionamento desfavorável e eficiência alta (situação de vulnerabilidade), **4** – De posicionamento desfavorável e eficiência baixa (situação de retirada). Conforme argumenta, a inserção de cada país no comércio global se define através da composição de suas exportações de conformidade com esta tipologia e de sua participação nas importações da OCDE.

Conforme destacam Fernández e Curado (2019), Fajnzylber não considerou a ascensão de potências emergentes como China, Índia e outros países no mercado mundial, posto que faleceu em 1991.

O presente estudo também revela além da importância da China, a da análise da estrutura comercial do MERCOSUL, especialmente pela oscilação dos preços das commodities. Entre 2010 e 2019, a estagnação das exportações do bloco evidenciou sua forte dependência desse setor, conforme apontado pela CEPAL (2022). Embora o MERCOSUL tenha apresentado crescimento em 2021, impulsionado pelos preços internacionais das commodities, o crescimento das exportações é considerado fraco, com perda de participação em mercados externos, principalmente em manufaturas. Dados do IPEA (2023) indicam que o índice de commodities, em novembro de 2023, estava 33% abaixo do pico de junho de 2022, mas ainda 43% acima da média de 2015-2019. O Banco Mundial projeta estabilidade nos preços para 2024 e 2025.

6 Matriz de Competitividade Brasileira

6.1 Resultados com o Mundo

Como pode ser analisado na tabela 01, a inserção externa brasileira no mercado MUNDO, é composta por um notável crescimento nas exportações de recursos naturais, passando de 43,13% em 2000 para 54,62% em 2022, impulsionadas principalmente pelo setor agrícola, que teve um aumento de 33,53% em 2000 para 39,65% em 2022. Entretanto, a parte de FTMM¹⁷ teve uma tendência de alta até 2021, diminuindo para 14,98% em 2022. Em relação à Energia, a participação na pauta de exportações brasileiras cresceu significativamente ao longo dos anos, partindo de 1,59% em 2000 e atingindo 16,75% em 2022. Esse cenário destaca a importância crucial desses setores na economia brasileira, ao mesmo tempo em que aponta para uma preocupante tendência de reprimarização da pauta de exportação, acompanhada pela redução na participação de bens manufaturados.

Tabela 01 – Estrutura Comercial do Brasil com o Mundo (exportações em %)

Estrutura Comercial do Brasil com o Mundo – 2000 a 2022 (em % das exportações)

¹⁷ Fibras Têxteis, Minerais e Metais

Participação setorial em %	2000	2008	2013	2019	2021	2022
RECURSOS NATURAIS	43.12	50.90	58.43	55.63	61.36	54.62
Agricultura	33.532	32.598	38.88	37.513	38.697	39.645
FTMM	9.596	18.303	19.553	18.118	22.663	14.971
ENERGIA	1.592	7.781	7.149	11.795	11.499	16.747
MANUFATURAS	53.637	39.518	32.209	30.757	25.223	26.452
Manufaturas Baseadas em Recursos Naturais	8.612	7.479	6.002	6.749	6.564	7.156
Manufaturas não baseadas em Recursos Naturais	45.025	32.039	26.207	24.008	18.659	19.296
Outros	0.872	1.641	2.181	1.818	1.921	2.18

FONTE: Elaboração própria com base em TRADECAN - CEPAL 2023. Segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng, 1993.

As exportações brasileiras de manufatura apresentam uma tendência de declínio, caindo de 53,64% em 2000 para 26,45% em 2022. As MBRN¹⁸ diminuíram de 8,61% em 2000 para 7,16% em 2022, enquanto as MnoBRN¹⁹ caíram de 45,025% em 2000 para 19,296% em 2022, evidenciando uma queda acentuada nesse segmento. A categoria "Outros" nas exportações brasileiras teve variações ao longo dos anos, representando 0,872% em 2000, aumentando para 2,18% em 2022.

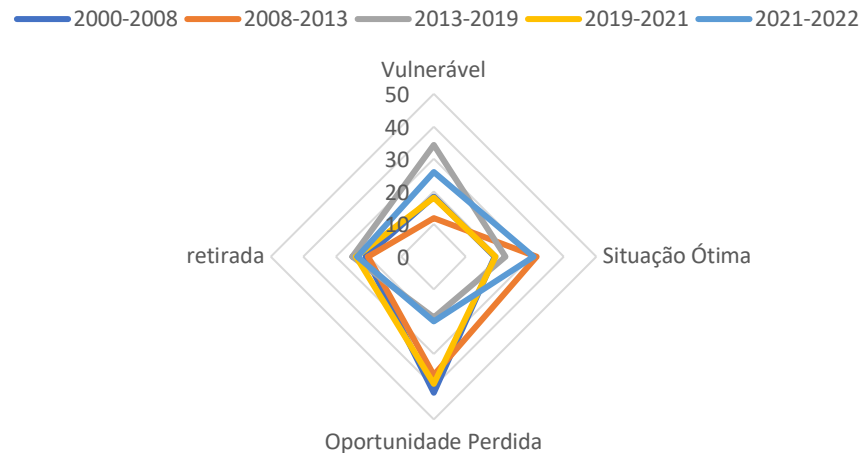
A análise do TRADECAN sobre as exportações brasileiras mostra uma concentração crescente nos 10 principais setores, aumentando de 48,96% em 2008 para 62,55% em 2022. O Minério de Ferro e Concentrados liderou de 2000 a 2021, mas enfrentou uma tendência de declínio especialmente entre 2013-2019 e de 2021-2022. No setor agrícola, a soja foi impulsionada pela demanda chinesa, passando de 4,81% em 2000 para 14,21% em 2021. Outros produtos como carne, alimentos para animais, café, celulose, açúcar, mel e milho também contribuíram para o crescimento desse setor. Porém, as manufaturas perderam dinamismo após 2008, com destaque para a indústria automobilística e lingotes de ferro ou aço entre 2000-2008, enquanto nos anos seguintes, a participação global do Brasil nesse setor enfraqueceu consideravelmente. Analisar tabelas 5, 6, 7 e 8 do drive.

Os dados da Matriz de Competitividade brasileira com o mundo mostram flutuações na "Situação Ótima", com um aumento notável entre 2008-2013, indicando um posicionamento favorável e eficiência alta. No entanto, houve uma queda em 2019-2021. A "Situação Vulnerável" atingiu seu pico em 2013-2019, mostrando um posicionamento desfavorável apesar da eficiência alta. As "Oportunidades Perdidas" têm uma tendência de declínio, mas houve uma recuperação importante em 2019-2021. A "Situação em Retirada" mostra estabilidade relativa.

¹⁸ Manufaturas Baseadas em Recursos Naturais

¹⁹ Manufaturas Não Baseadas em Recursos Naturais

Gráfico 01 - Matriz de Competitividade Brasileira com o Mundo 2000-2022 (por destino em % em ano final)



FONTE: Elaboração própria com base em TRADECAN - CEPAL 2023.

Ao verificar os melhores radiais de exportação do Brasil com o MUNDO entre 2000 e 2021, observa-se uma concentração nas exportações de "oportunidade perdida". Essa situação se evidencia em diferentes períodos, com destaque para: 2000-2008, com produtos ligados a oleaginosas, minério e concentrados, indústria de madeira; e 2008-2013, também com forte participação de bens primários, mas nota-se entre os dez primeiros desse grupo específico, a presença de bens de *maior valor agregado*²⁰, como aeronaves (cod 792) e partes e acessórios de veículos (cod 784), representando 1,66% e 1,41% da demanda mundial em relação ao Brasil, respectivamente. Os grupos em "situação ótima", atingindo seus picos nos períodos 2008-2013 e 2021-2022, revelam uma notável concentração em produtos como sementes oleaginosas, carnes, açúcar e mel, petróleo, milho, entre outros itens primários.

6.2 Resultados com a China

Na estrutura de mercado do Brasil com a China, a categoria de recursos naturais teve uma evolução notável nas exportações, conforme indicado na tabela 02. Em 2000, representava 74.87%,

²⁰ Essa concentração indica que o Brasil não aproveitou todo o seu potencial de exportação em setores estratégicos, evidenciando a necessidade de políticas públicas que incentivem a diversificação da pauta de exportação e a agregação de valor aos produtos brasileiros

alcançando seu ápice em 2013 com 86.41%, e em 2022 variou para 78.917%. Dentro dessa classificação, a agricultura teve uma trajetória interessante, iniciando em 44.91% em 2000, declinando para 32.78% em 2008 e recuperando-se para 52.15% em 2022. Já fibras têxteis, minerais e metais mostraram oscilações significativas, aumentando de 29.958% em 2000 para 52.734% em 2008, antes de declinar para 26.767% em 2022, conforme tabela 02.

Tabela 02 – Estrutura Comercial do Brasil com a China (exportações em %)

Estrutura Comercial do Brasil com a China– 2000 a 2022 (em % das exportações)						
Participação setorial em %	2000	2008	2013	2019	2021	2022
RECURSOS NATURAIS	74.87	85.51	86.41	71.78	82.50	78.92
Agricultura	44.912	32.78	44.158	40.832	44.328	52.15
FTMM	29.958	52.734	42.252	30.946	38.176	26.767
ENERGIA	2.697	6.329	7.019	24.017	14.046	17.159
MANUFATURAS	21.927	8.153	6.563	4.196	3.435	3.917
Manufaturas Baseadas em Recursos Naturais	4.502	4.083	3.521	2.64	2.085	2.087
Manufaturas não baseadas em Recursos Naturais	17.425	4.07	3.042	1.556	1.35	1.83
Outros	0	0	0	0.003	0.003	0.003

FONTE: Elaboração própria com base em TRADECAN - CEPAL 2023. Segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng, 1993.

Em relação a participação de energia, verifica-se que em 2000, esta representava 2.697%, subindo para 6.329% em 2008. Houve um aumento expressivo para 24.017% em 2019, indicando uma presença considerável de produtos energéticos nas exportações brasileiras para a China. Em 2021, ocorreu uma redução para 14.046%, seguida por uma recuperação em 2022, atingindo 17.159%. Vale ressaltar que a soma das exportações brasileiras em recursos naturais e energia alcançava 77,57% em 2000, 93,43% em 2013 e, por fim, 96,08% em 2022.

As exportações brasileiras de manufaturas para a China apresentaram uma redução significativa ao longo do tempo. Em 2000, as manufaturas representavam 21.927%, mas esse número diminuiu para 8.153% em 2008. Essa tendência de queda continuou e atingiu 3.917% em 2022. Dentro das manufaturas, as MBRN tiveram uma participação de 4.502% em 2000, diminuindo gradualmente para 2.087% em 2022. No entanto, a queda mais expressiva ocorreu nas MnoBRN, que passaram de 17.425% em 2000 para apenas 1.83% em 2022, evidenciando a reprimarização da economia brasileira em relação a esse mercado.

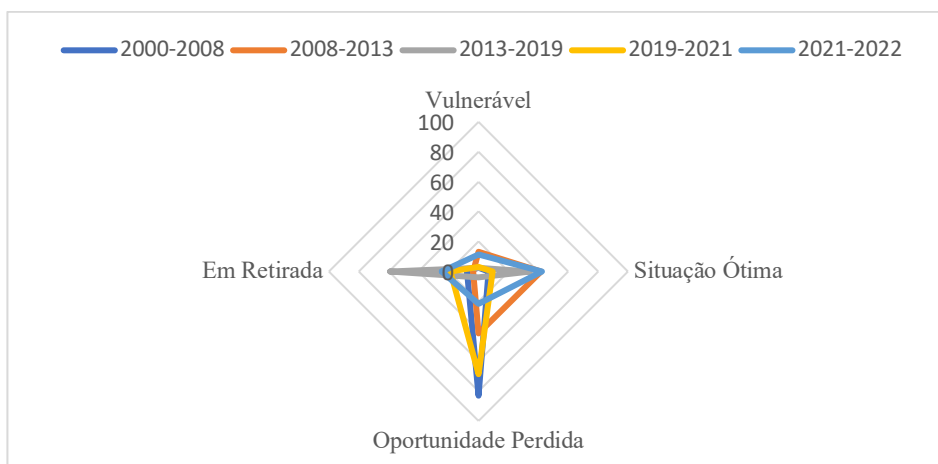
Quando analisado os 10 primeiros grupos de exportação do Brasil à China, é possível uma forte concentração nos setores de complexo minerador, sementes oleaginosas e energia. A soma dos

10 rubros chegou a 96,20% em 2008, demonstrando uma diversificação limitada em comparação com o mercado mundial (48,96%). Essa concentração se intensifica²¹ no período subsequentes, com 96,46% em 2019-2021 e cai para 95,69% em 2021-2022. Ver tabelas 05, 07, 14, e 17 no drive.

Ao analisar os dados da Matriz de Competitividade brasileira com a China, observa-se a predominância de grupos de exportação associados a "oportunidades perdidas"²², especialmente nos períodos de 2000 a 2008 e 2019 a 2021. Entre os 10 principais rubros nesses intervalos, quase metade está relacionada a bens agrícolas. Sementes oleaginosas se destacam, representando 24,38% das exportações em 2008, enquanto o minério de ferro lidera, correspondendo a expressivos 50,40% das exportações brasileiras para a China no mesmo ano. Em relação às "Exportações em Situação de Retirada", ocorre forte aumento de 2013 a 2019 (59,07%), sendo que em 2019 a 2021, a participação é de 18,72%, seguida por um novo aumento em 2021 a 2022 (24,49%).

Observa-se uma variação significativa na "Situação Vulnerável" ao longo dos períodos analisados. Iniciando em 2,47% (2000-2008), alcançou seu ponto mais alto em 13,11% (2008-2013), seguido por uma queda para 2,39% (2013-2019). Esse cenário é caracterizado por um posicionamento desfavorável e alta eficiência. Após 2019, houve um aumento para 11,33% (2021-2022). Já as Exportações em "Situação Ótima" aumentaram de 6,81% (2000-2008) para 41,89% (2008-2013), refletindo um posicionamento favorável e alta eficiência. Apesar de uma queda para 9,51% (2019-2021), houve uma recuperação significativa atingindo 42,50% (2021-2022)

Gráfico 02 - Matriz de Competitividade Brasileira com a China 2000-2022 (por destino em % em ano final)



FONTE: Elaboração própria com base em TRADECAN - CEPAL 2023.

²¹ Considerando a China a principal parceira comercial do Brasil, essa concentração pode ter implicações negativas para a competitividade do Brasil no longo prazo, tornando a economia mais vulnerável a flutuações de preços, limitando o potencial de crescimento e impedindo a captura de maior valor agregado, contribuindo para a reprimarização da economia.

²² Quanto às Exportações em Situação de "Oportunidades Perdidas", nota-se uma predominância expressiva no período de 2000 a 2008, com 83,10%, período que compreende o início da expansão chinesa na demanda por recursos naturais. Essa participação reduz consideravelmente de 2008 a 2013 (41,46%) e continua declinando de 2013 a 2019 (3,98%). No entanto, há uma notável recuperação de 2019 a 2021 (68,73%), período em que ocorre a pandemia do COVID-19, seguida por uma redução em 2021 a 2022 (21,68%)

Com base nesses dados, nota-se uma expressiva participação das exportações brasileiras para a China composta maioritariamente por bens primários, uma tendência que se intensificou ao longo do período analisado. Em 2019, por exemplo, a soma dos três principais rubros exportados totalizou 80,62%. Em 2000, essa soma correspondia a 58,41%, e em 2022, apesar de uma queda em relação a 2019, ainda alcançou 74,92%. Essa representação na exportação de *commodities* para a China reflete a ênfase nas vantagens comparativas ricardianas, com impactos consideráveis na economia e na sociedade. Diante desse cenário, é importante repensar a estratégia de desenvolvimento brasileiro, priorizando questões relacionadas à diversificação, integração e produção de bens com maior sofisticação.

6.3 Resultados com o Mercosul

Verifica-se que a estrutura de mercado do Brasil com o MERCOSUL se destaca por uma pauta exportadora diversificada e tecnologicamente intensiva, evidenciando sua importância para o desenvolvimento industrial. As exportações de manufaturas, representando 85.882% em 2000, tiveram uma queda, atingindo 80.91% em 2022, sendo as MnoBRN preponderantes, alcançando 76.01%.

Em relação aos recursos naturais, as exportações do Brasil para o MERCOSUL aumentaram de 12.984% em 2000 para 15.211% em 2022. A participação da agricultura teve oscilações, atingindo o pico em 2019 com 11.344%, declinando para 10.648% em 2022. Fibras têxteis, minerais e metais variaram de 3.685% em 2000 para 4.563% em 2022.

No setor de energia, a participação era ínfima em 2000 (0.99%), crescendo para 3.71% em 2022 após oscilações. A soma das exportações de recursos naturais e energia aumentou de 13.974% para 18.92% no mesmo período. A categoria "Outros" mostrou certa estabilidade, exceto em 2013, atingindo 2,98%, contribuindo modestamente para as transações comerciais nos demais anos.

Ao desagregar os dez principais rubros de exportação para o MERCOSUL, evidencia-se uma participação expressiva de manufaturas, notadamente em MnoBRN. No intervalo de 2000 a 2008, nove dos dez principais itens exportados pertenciam a MnoBRN. Em 2000, os setores vinculados à indústria automobilística lideravam as exportações, com os grupos de veículos representando 12,62%. Essa participação cresceu para 20,42% em 2008, alcançando seu ápice em 2013 com 23,345%, mas declinou para 18,69% em 2019. No contexto pós-pandemia de COVID-19, em 2021, ocorreu uma significativa diminuição para 12,26%. Destaca-se que a soma percentual dos dez principais grupos apresentou sua máxima concentração entre 2008 e 2013, totalizando 46,71%, enquanto em 2022, registrou-se a menor concentração, atingindo 38,26%. Ademais, ressalta-se o

grupo de minério de ferro e concentrado como o principal entre os bens relacionados a recursos naturais exportados ao MERCOSUL durante o período analisado, totalizando 1,967% em 2000 e 3,24% em 2008.

Tabela 03 – Estrutura Comercial do Brasil com o Mercosul (exportações em %)

Estrutura Comercial do Brasil com a MERCOSUL– 2000 a 2022 (em % das exportações)						
Participação setorial em %	2000	2008	2013	2019	2021	2022
RECURSOS NATURAIS	12.984	14.12	13.919	15.511	16.912	15.211
Agricultura	9.299	9.171	10.057	11.344	10.875	10.648
FTMM	3.685	4.949	3.862	4.167	6.037	4.563
ENERGIA	0.99	2.357	2.737	0.923	0.812	3.71
MANUFATURAS	85.882	83.291	80.446	83.553	82.266	80.91
Manufaturas Baseadas em Recursos Naturais	3.712	3.204	2.893	4.398	6.029	4.9
Manufaturas não baseadas em Recursos Naturais	82.17	80.087	77.553	79.155	76.237	76.01
Outros	0.032	0.223	2.898	0.009	0.011	0.159

FONTE: Elaboração própria com base em TRADECAN - CEPAL 2023. Segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng, 1993.

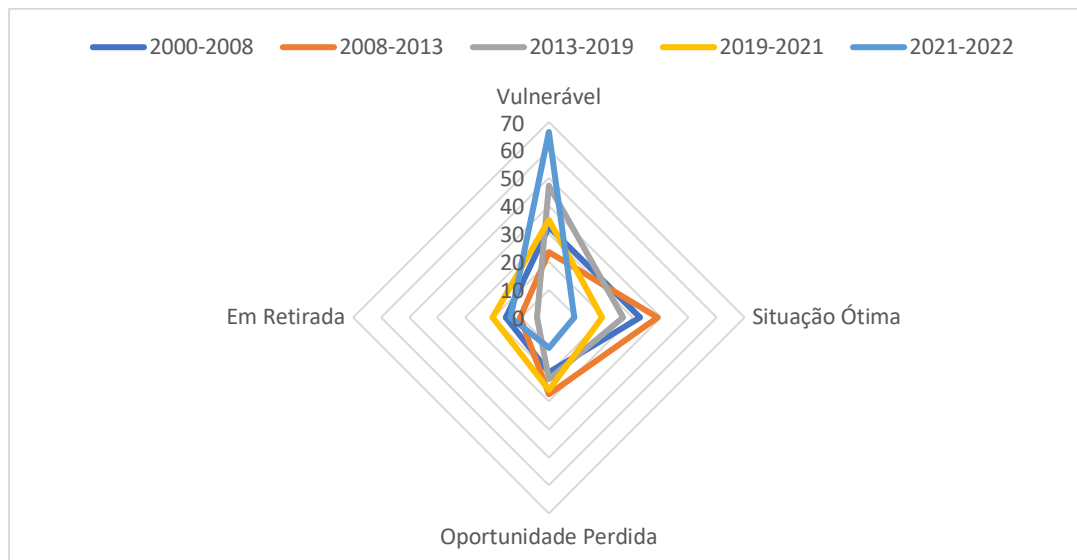
Analisando os dados da Matriz de Competitividade brasileira com o MERCOSUL, é possível verificar que a mesma é bastante diversificada, com radiais oscilando principalmente entre os grupos “vulnerável”, e “situação ótima”. No primeiro período analisado, destaca-se os grupos em “situação ótima” e “vulnerável”, com índices muito próximos, marcando 32,64% e 32,48% respectivamente. Ao analisar os 10 principais rubros de exportação, é possível verificar que dentre os bens em grupos “vulneráveis”²³, todos pertencem a MnoBRN, destacando-se a setor de peças de automóveis, equipamentos de telecomunicações, papel cartão e veículos automotores.

Nos períodos de 2000 a 2008 e de 2008 a 2013, os grupos ligados à indústria automobilística destacam-se entre os dez principais de exportação, situados em "situação ótima". No entanto, a partir de 2013, esses grupos mudam para "situação vulnerável". Entre 2019 e 2021, alguns grupos, como "Automóveis de Passageiros"²⁴, entram em "situação de retirada", retornando à condição de "situação vulnerável" entre 2021 e 2022. Ver tabela 09 e 10 no drive.

²³ O grupo “vulnerável” se expande para 47,25% em (2013;2019), no período pré pandemia, e pós pandemia tem uma queda para 34,99 (2019;2021), e expandiu-se para o pico em 2021-202, totalizando 66,43% do total das exportações. Neste último período analisado, destaca-se a indústria automobilística, como veículos, partes e acessórios, e também minério de ferro, relacionado a recursos naturais, evidenciado a situação preocupante desses setores no período pós pandêmico.

²⁴ 781 – Automóveis de passageiros (exceto veículos do tipo serviço público), incluindo veículos concebidos para o transporte de passageiros e de mercadorias.

Gráfico 02 - Matriz de Competitividade Brasileira com o MERCOSUL 2000-2022 (por destino em % em ano final)



FONTE: Elaboração própria com base em TRADECAN - CEPAL 2023.

O mercado do MERCOSUL se distingue pela diversificação e alta tecnologia de seus produtos exportados, contrastando com a concentração observada no mundo e na China. Essa característica impulsiona o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico do bloco. A integração regional amplia o mercado, facilita o comércio e a cooperação entre os países membros, impulsionando a inovação e a competitividade. Apesar da queda na participação do Brasil no comércio total, o MERCOSUL se consolida como um bloco com alto índice de intensidade tecnológica, evidenciando sua posição estratégica no cenário do comércio internacional brasileiro.

7 O Índice de Comércio Intra-Indústria

Conforme Fernández (2014), o *Índice de Comércio Intraindústria* é um indicador utilizado para a análise de interação de grupos dos mesmos complexos produtivos, permitindo visualizar ao longo do tempo se existe algum processo de integração produtiva ou especialização por parte da indústria de cada país. Krugman *et al*, (2015) argumenta que a mensuração do comércio intraindústria é influenciada pelo uso de um sistema de classificação industrial, destacando que o comércio intraindústria desempenha um papel ainda mais destacado nas trocas de mercadorias manufaturadas entre as nações industrializadas, as quais constituem a maior parte do comércio mundial. A fórmula desenvolvida por Grubel e Lloyd em 1975, padrão para calcular a importância do comércio intraindústria dentro de uma determinada indústria é

$$^{25}\text{ICII} = 1 - \frac{|X_j - M_j|}{|X_j + M_j|}$$

O crescimento do comércio intraindustrial no Brasil, segundo Martins (2005), é resultado de diversos fatores, como as transformações produtivas na última década, a busca por ganhos de escala e vantagens de custo, a internacionalização na década de 90, a política de redução tarifária e o crescimento do MERCOSUL. A avaliação dos ganhos com esse comércio, no entanto, deve considerar a especialização produtiva do país

7.1 Os principais resultados para o Brasil

Tabela 04 – Índice de Comércio Intra Indústria do Brasil com Mundo, China e Mercosul

	2000 - 2022						
País/Bloco	2000	2008	2013	2019	2021	2022	MÉDIA
MUNDO	0.41	0.44	0.36	0.33	0.28	0.3	0.35
CHINA	0.08	0.06	0.03	0.03	0.05	0.03	0.047
PAÍSES DO MERCOSUL							
	2000	2008	2013	2019	2021	2022	MÉDIA
ARGENTINA	0.47	0.59	0.6	0.5	0.41	0.42	0.49
URUGUAI	0.3	0.26	0.34	0.4	0.37	0.37	0.34
PARAGUAI	0.12	0.2	0.18	0.24	0.23	0.24	0.20
VENEZUELA	0.09	0.09	0.09	0.12	0.1	0.03	0.087

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI 2023 – CEPAL

Conforme pode ser observado na tabela 04, a análise do mercado intraindústria relacionada aos mercados mostrou importantes variações na maioria dos casos. No mercado mundo, observa-se uma diminuição considerável desse tipo de comércio, mostrando uma desintegração produtiva do Brasil com o resto do mundo. O índice passou de 0,41 em 2000 para 0,3 em 2022.

Em relação a China, os dados revelam que existe uma integração produtiva muito baixa entre os países, e que inclusive o ICII reduziu no período analisado, caindo de 0,08 em 2000 para 0,03 em 2022. Tal discrepância fica evidenciada pela intensificação das trocas desiguais, conceito utilizado por Marini para caracterizar essas assimetrias do comércio internacional, caso que também

²⁵ Se considerarmos X_j e M_j como as exportações e importações do produto j , e $|X_j - M_j|$ como o "valor absoluto" do comércio total de j , o Índice de Comércio Intraindústria (ICII) varia de 0 a 1. O índice será 0 quando houver apenas exportação ou apenas importação, indicando uma ausência de comércio intraindústria. Por outro lado, será 1 quando as exportações e importações forem de igual valor, apontando para um comércio intraindústria significativo. O ICII mensura a importância relativa da parcela de comércio "intra" dentro dos setores, das empresas e dos produtos. Para uma compreensão mais detalhada, consulte o apêndice metodológico. (MARTINS, 2005, pp. 100-101)

pode ser caracterizado utilizando os conceitos de Prebisch sobre a deterioração dos termos de troca. No período analisado, pode-se perceber que a China ampliou a compra de bens vinculados a recursos naturais do Brasil, enquanto reduziu a compra de manufaturas. Por outro lado, O Brasil é um país cada vez mais dependente de tecnologia do mercado chinês.

No contexto do MERCOSUL, particularmente a Argentina, mostrou importante evolução até 2013, onde marcou 0,60, apontando uma integração produtiva alta, no entanto nos períodos subsequentes, o índice foi menor, marcando 0,5 em 2019, 0,41 em 2021 e 0,42 em 2022. O Uruguai apresentou uma melhora quanto ao índice, quando comparado ao ano 2000, saindo de 0,3 e chegando ao ápice em 2019 com 0,4. Em 2022 marcou 0,42. O Paraguai também melhorou seu índice, evidenciando uma melhor integração produtiva, passando de 0,12, em 2000 para 0,24 em 2022. A Venezuela, país vinculado com uma pauta exportadora vinculada exclusivamente em petróleo, manteve certa estabilidade e ICII baixos, passando de 0,09 em 2000 para 0,03 em 2022.

8 Considerações Finais

Para uma análise mais abrangente neste artigo, foi adotada uma metodologia que integra aspectos históricos, teóricos e empíricos, visando uma compreensão mais profunda da estrutura atual das exportações. As considerações de Prebisch de 1949 sobre a deterioração dos termos de troca e as críticas dos teóricos marxistas da dependência enfatizam reflexões cruciais para o modelo de desenvolvimento a ser adotado pelo país. Apesar das diferenças analíticas e metodológicas, essas reflexões teóricas convergem para a proposição de um modelo nacional e autônomo de desenvolvimento para o Brasil e a América Latina, levando em conta suas características próprias. É relevante ressaltar que a região possui um pensamento próprio e uma capacidade analítica robusta para elaborar soluções que promovam uma sociedade mais justa, superando desafios históricos e buscando um desenvolvimento independente, sem submissão a ideologias liberais e imperialistas.

É evidente que, nas últimas décadas, a crise da dívida, a abertura econômica e as privatizações impostas pelo Consenso de Washington deixaram as economias da região mais suscetíveis às crises. Também é fato que o ascenso chinês na busca por matérias-primas acabou por reprimarizar a economia brasileira, apesar de ter trazido resultados positivos para a balança comercial. Existe de fato uma relação assimétrica do Brasil com o Grande Asiático, com trocas desiguais. No entanto, tais relações continuam a ocorrer dentro da diplomacia, sem imposições pelas armas ou pela ameaça. Isso requer uma reflexão mais aprofundada sobre como analisar esse novo momento, tornando-se necessário, talvez, criar uma categoria analítica, pois a situação difere da condição de imperialismo.

Utilizando a metodologia de Fajnzylber (1991), analisou-se detalhadamente a estrutura exportadora brasileira em relação aos mercados em questão. Ficou evidente que o boom das

commodities, impulsionado pela ascensão chinesa no início do século XXI, reconfigurou essa estrutura, levando a uma reprimarização e aumentando a vulnerabilidade do país às flutuações de preços. Além disso, a dependência de bens manufaturados dos Brasil em relação aos países industrializados aumentou. Destaca-se o crescimento significativo na exportação de Recursos Naturais para a China, superando a média global. Por outro lado, apesar da diminuição na participação global das exportações, o MERCOSUL mantém uma pauta exportadora concentrada em manufaturas, especialmente na indústria automotiva.

A estrutura de exportação brasileira para a China demonstra uma clara reprimarização, mais acentuada do que no mercado mundial. Enquanto as manufaturas caíram de 21,93% para 3,92% entre 2000 e 2022 no Brasil, a queda no mundo foi de 53,64% para 26,45%. As exportações de MnoBRN também diminuíram drasticamente, de 45,03% para 26,45% mundialmente, e de 17,42% para 1,83% especificamente para a China. É relevante destacar que, apesar de o Brasil ser um importante produtor de alimentos a nível mundial, ainda enfrenta desafios relacionados à fome em sua própria população, uma vez que a produção está majoritariamente direcionada para o exterior.

Nesse sentido, torna-se necessária uma reflexão sobre a integração produtiva com o MERCOSUL, que tem se mostrado um mercado dinâmico, que envolve uma indústria que emprega e que é importante na geração de renda do país. Lidar com os desafios das assimetrias econômicas dos países membros parece ser um caminho que precisa ser refletido de uma forma mais robusta. Ações como o Focem podem contribuir para atenuar essas disparidades. A simples liberalização dos fatores não parece ser a solução para o Mercosul. Existem diferenças estruturais que precisam ser refletidas. A estrutura comercial do Brasil com o MERCOSUL permanece dinâmica, embora sua participação no mercado de manufaturas tenha diminuído de 85,88% em 2000 para 80,91% em 2022. O complexo automotivo se destaca como a categoria mais sofisticada exportada pelo Brasil para o MERCOSUL. A participação do bloco no mercado brasileiro em relação ao mundo tem diminuído, caindo de 12,8% em 2001 para 7% em 2022, refletindo a necessidade de repensar estratégias para fortalecer o bloco comercialmente.

Em relação ao ICII, verifica-se que no mercado MUNDO, o Brasil evidencia uma redução desse tipo de comércio no período analisado, o que demonstra uma desintegração produtiva ao longo dos anos. A China apresenta índices de integração produtiva muito baixos desde 2000, mas que tem mantido as quedas a baseando-se cada vez mais na lógica das vantagens comparativas. Em relação ao MERCOSUL, a Argentina apresenta os melhores índices, chegando ao ápice em 2013 com 0,6, mas apresentando queda nos anos seguintes. Somente Uruguai e Paraguai demonstraram melhoras nos índices no período em análise.

Fica pendente para trabalhos futuros, um aprofundamento maior da Matriz de Competitividade por país do MERCOSUL, além de aprofundar elementos importantes da integração

produtiva, como mecanismos de redução das assimetrias regionais para um projeto de integração mais equitativo. Além disso, torna-se necessário para uma análise mais lúcida da pesquisa, de um delineamento das estruturas de demanda dos mercados brasileiro, mundial, chinês e do Mercosul, desagregando os principais setores de exportação relacionados ao comércio intraindustrial entre os países analisados. É fundamental avaliar os impactos sobre o MERCOSUL diante do novo contexto da entrada da Bolívia no bloco e dos desafios representados pela vitória de Lula no Brasil, entusiasta da integração, e de Javier Milei na Argentina, um político que se opõe ao processo de integração e que mantém um clima de hostilidade regional e também com o governo chinês. Além disso, é crucial realizar uma análise empírica das transferências de valor, um aspecto problematizado por Marini e enfatizado por Carcanholo e Saludjian (2014).

Bibliografia

- ALMEIDA, J. (ja de 2022). O Ascenso da China e o Sistema Mundial: relações de cooperação, futuro compartilhado ou bipolarização interimperialista. *CEAS - Revista crítica de humanidade*, pp. 109-130.
- BIELCHOWSKY, R., & MUSSI, C. (2013). Padrões de Desenvolvimento da Economia Brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depos. Em A. F. NETO, Á. DIAZ, A. c. SILVA, C. A. MEDEIROS, C. E. CARVALHO, C. E. SILVA, . . . R. BIELCHOWSKY, *Padrões de Desenvolvimento Econômico (1950-2008) - América Latina, Ásia e Rússia* (pp. 137-210). Brasília: CGEE.
- CARCANHOLO, M. D., & SALUDJIAN, A. (2014). Integração sul-americana, dependência da China e subimperialismo brasileiro. Em J. E. Álvarez, *América Latina en medio de la crisis mundial - Trayectorias nacionales y tendencias regionales* (pp. 185-206). Buenos Aires: CLACSO.
- CEPAL. (2021). Boletín de Comercio Exterior del Mercosur n 4. Treinta años del MERCOSUR: en busca de una estrategia exportadora exitosa. Santiago, Chile: CEPAL.
- CEPAL. (2022). *Superación de la pandemia de enfermedad por coronavirus (COVID-19) y desafíos de la guerra en Ucrania*, Boletín de Comercio Exterior del MERCOSUR, No 5 (LC/TS.2022/72). Santiago: CEPAL.
- CEPAL. (2023). *Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y Caribe*. Santiago: Cepal.
- FAJNZYLBBER, F. (Agosto de 1991). Inserción internacional e innovación institucional. *Revista de la Cepal*, pp. 149-178.
- FERNÁNDEZ, V. L. (2014). A inserção externa da Argentina: um estudo sobre a relevância dos recursos naturais no padrão de exportações, a competitividade e o comércio intra-industrial, no período de 1985 a 2010. Curitiba, Paraná, Brasil: Tese de Doutorado.
- FERNÁNDEZ, V. L., & CURADO, M. (JANEIRO-ABRIL de 2019). Matriz de Competitividade e o papel dos mercados emergentes nas exportações argentinas e brasileiras. *Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. IE*, pp. 123-151.
- FURTADO, C. (2005)[1959]. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional.

- GONÇALVES, R., BAUMANN, R., PRADO, L. C., & CANUTO, O. (1998). *A Nova Economia Internacional - Uma perspectiva Brasileira*. Rio De Janeiro: Campus.
- KATZ, C. (2020). *A teoria da dependência - 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular.
- KUGMAN, P. R., Obstfeld, M., & MELITZ, M. J. (2015). *Economia Internacional*. São Paulo: Pearson.
- MARIANO, M. P., JÚNIOR, H. R., & VIGEVANI, T. (2021). O Brasil e o Mercosul: Atores Domésticos e Oscilações da Política nos últimos 30 anos. *Lua Nova*, pp. 15-51.
- MARTINS, M. A. (março de 2005). O comércio exterior brasileiro nos anos 1980 e 1990: estrutura e evolução do padrão de especialização. *Tese de Doutorado*. Campinas, Brasil: Universidade Estadual de Campinas.
- MENEZES, R. G., & BRAGATTI, M. C. (11 de 2020). Dragon in the “backyard”: China’s investment and trade in Latin America in the context of crisis. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 40, no 3, pp. 446-461.
- MOREIRA, R. C. (2022). Apresentação. Em R. C. MOREIRA, & L. J. MENDONÇA, *Dependência, questão Agrária e Mudanças Sociais na América Latina* (pp. 7-18). São Paulo: Expressão Popular.
- NASSIF, A., & CASTILHO, M. d. (2018). Trade Patterns in a Globalised World: The Case of Brazil. *UFRJ - Instituto de Economia*, pp. 1-83.
- OSÓRIO, J., & REYES, C. (2017). *La Diversidad en el Sistema Mundial Capitalista - Procesos y relaciones en la heterogeneidad imperante*. México: Gedisa, S.A.
- PEREIRA, V. V. (2022). Troca Desigual, Dependência e Superexploração do Trabalho. Em R. C. MOREIRA, *Dependência, Questão Agrária e Mudanças Sociais na América Latina* (pp. 65-96). São Paulo: Expressão Popular.
- PREBISCH, R. (2000) [1949]. Em R. BIELSCHOWSKY, *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* (pp. 69-136). Rio de Janeiro: Record.
- SIGCI-CEPAL. (12 de 2023). *SIGCI-CEPAL*. Fonte: SIGCI-CEPAL: <https://sigci.cepal.org/>
- SOUZA, A. d., OLIVEIRA, I. T., & GONÇALVES, S. S. (2010). Integrando desiguais: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul. *Texto para discussão n 1477*. Rio de Janeiro: IPEA.
- TAVARES, M. d. (2010). [1972] O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina. Em M. d. TAVARES, *Desenvolvimento e Igualdade* (pp. 39-66). Rio de Janeiro: IPEA.
- TradeCAN-CEPAL. (2023). *TradeCAN-CEPAL*. Fonte: TradeCAN-CEPAL: <https://tradecan.cepal.org/can.asp>
- TradeMap. (12 de 2023). *TradeMap*. Fonte: TradeMap: <https://www.trademap.org/Index.aspx?AspxAutoDetectCookieSupport=1>
- TRINDADE, J. R., & Paul COONEY, W. P. (Maio de 2014). Industrial Trajectory and Economic Development: Dilemma of the Re-primarization of the Brazilian Economy. *Review of Radical Political Economics*, pp. 1-18.